

Pessoal e encargos sociais levam 65%

O presidente José Sarney impôs, na proposta orçamentária enviada ontem ao Congresso Nacional, o limite para os gastos com pessoal e os encargos sociais do setor público de 65 por cento da receita líquida do Tesouro Nacional. Na montagem do orçamento da União para 1989, a relação não passa de 59,6 por cento, com a projeção de receita líquida do Tesouro de Cz\$ 3,8 trilhões para as despesas de pessoal e mais encargos sociais de Cz\$ 2,27 trilhões, em valores de junho último. O ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, disse que o te-

lo não significa mudança da política salarial, porém, advertiu que, em 1989, a reserva de contingência do orçamento — apenas Cz\$ 150 bilhões — não mais servirá para suplementar dotações de pessoal e encargos sociais.

A folha de pagamentos e encargos do Governo Federal somarão, no próximo ano, Cz\$ 2,27 trilhões, no quadro da necessidade de financiamento do setor público, distribuído pela Secretaria do Planejamento da Presidência da República. Mas a mensagem do presidente Sarney ao Congresso Nacional registra a previsão de gastos com pessoal de Cz\$ 2,47 trilhões, o que equivale a exatos 65 por cento da receita líquida do Tesouro e 24,6 por cento da despesa orçamentária global.

A União gastará ainda Cz\$ 2,31 trilhões, em valores de junho último, com os serviços da dívida interna e externa, correspondente a 23 por cento do total das despesas. Enquanto o Governo não descarta a hipótese de cortar a folha de pagamentos, com a transferência de servidores para Estados e Municípios ou mesmo demissão; o

próprio Sarney e também Abreu não vêem como reduzir os pesados encargos da dívida pública.

Sarney reconheceu que a evolução das taxas de juros e a expansão da dívida externa pressionam os encargos financeiros da União: "Com a sensível redução dos fluxos de financiamentos externos e a inexistência de um aumento compensatório da receita tributária, o financiamento dos gastos do Governo foi assegurado mediante

dívida mobiliária, cujos encargos equivalem a 65,3 por cento do total desse grupo".

A necessidade de colocação adicional de até Cz\$ 3,8 trilhões de novos papéis manterá o ritmo acelerado de crescimento da dívida pública interna. Mas, de outro lado, o Governo procurará aperfeiçoar a gestão da sua própria dívida. O ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, disse que a Seplan passará a centralizar o controle das dívidas interna e externa das empresas estatais, enquanto o Ministério da Fazenda fará o mesmo com o endividamento da administração direta federal.

Como parte integrante do orçamento geral da União, o orçamento das operações oficiais de crédito também sofreu corte de Cz\$ 140 bilhões em relação àquele em execução para este ano. O orçamento de crédito prevê dispêndios de Cz\$ 2,76 trilhões, mas com impacto líquido de apenas Cz\$ 87,7 bilhões na composição do déficit público operacional.

Em sua mensagem ao Congresso, Sarney ressaltou que, apesar do "contexto fortemente restritivo", preservou as seguintes prioridades: a) projetos sociais (distribuição de leite para crianças carentes, merenda escolar, distribuição do livro didático e material escolar, mutirão habitacional comunitário e desenvolvimento de ações de promoção social); b) projetos regionais (projeto Padre Cícero); c) projetos setoriais selecionados (atividades de ciência e tecnologia e irrigação no Nordeste) e d) projetos vinculados a funções típicas federais (política externa e defesa nacional).

MARCOS HENRIQUE



Sarney tomará decisão final